

Entre o nacionalismo e o pensamento ilustrado: Cultura política, história e ficção nas representações ambivalentes de Eça de Queiroz, em *Os Maias*.

VIRGÍLIO COELHO DE OLIVEIRA JÚNIOR*

Esta comunicação propõe uma análise das representações políticas de Eça de Queiroz sobre Portugal no século XIX. Nessa conjuntura, em que a Europa ocidental vivia a consolidação de muitos dos elementos da modernidade, já anunciados nos séculos XV e XVI, Eça de Queiroz, por meio de uma escrita primorosa e por vezes “ácida”, tece uma crítica à insípida modernização e ao desenvolvimento letárgico da sociedade portuguesa dos oitocentos. Partindo do princípio de que a política não se limita ou materializa nos “lugares” convencionais e ou tradicionais, isto é, partidos e demais componentes sociais ligados às esferas oficiais de exercício de poder; tomamos uma das principais obras de Eça de Queiroz, “Os Maias”, com o objetivo de analisar as representações políticas queirosianas. O foco será o de destacar as ambivalências dessas representações. Se por um lado, Eça de Queiroz considera que a sociedade portuguesa é ativa, beata e conservadora, devendo abrir-se para as “luzes” do pensamento ilustrado; por outro, suas representações colocam em relevo a idéia de que tal sociedade deveria preservar valores tradicionais da nação que em outrora fora grande e poderosa.

Palavras-chaves: Ilustração Européia – representações ambivalentes - *Os Maias*- Eça de Queiroz – Portugal Oitocentista.

A História, com sua árdua missão de analisar e refletir sobre as mais variadas vivências humanas pretéritas vem se abrindo, desde o início do século XX, a novas possibilidades e, com isso, utilizando-se de novas fontes. Destacamos dentre essas, a produção literária. Ela vem sendo cada vez mais explorada por historiadores na medida em que, por mais que sejam em grande parte obras ficcionais, apresentam grande contribuição para tratar de questões de relevo no que se refere às representações construídas por diferentes sociedades. A literatura, que durante muito tempo foi relegada ao limbo, muito em função de um “olhar” empirista de algumas tradições historiográficas, ainda embaladas por certo puritanismo metodológico; vem sendo tratada como mais um artefato construído social e culturalmente, sendo, portanto, digno de análise dos “admiradores de *clio*”¹.

* Graduado em História pela PUC-MG e mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição. virgiliocoelho@yahoo.com.br

¹ Sobre a discussão da literatura como fonte histórica ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002; e CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Na busca por corresponder ao objetivo deste Simpósio Temático, versamos nesta comunicação, sobre as representações políticas presentes na obra literária *Os Maias*. Essa é tomada não só como um precioso “prisma” para se refletir sobre a história da sociedade lusitana oitocentista, mas também um ótimo exemplar da escrita de Eça de Queiroz, um dos maiores escritores portugueses. O romance citado, considerado por alguns literários como uma tragédia, foi produzido em meio ao contexto oitocentista e trata do drama dos Maias, sobrenome da família de nobres esclarecidos lusitanos. Essa cai em desgraça na trama ficcional, a partir do lancinante envolvimento de um dos seus nobres descendentes por uma burguesa brasileira, filha de um mercador de escravos. Afonso da Maia, o patriarca da família, não aceita a união do único filho, Pedro da Maia, com uma mulher de sangue burguês manchado pelos lucros gerados com o tráfico de escravos. O casamento ocorre mesmo a contragosto de Afonso da Maia e com o passar do tempo, Maria Monfort, concretizando as previsões que Afonso da Maia havia feito sobre se, foge com um nobre italiano falido, abandonando o esposo e seu filho caçula, levando consigo sua primeira filha, Maria Eduarda da Maia. Pedro da Maia suicida-se deixando seu filho, Carlos da Maia, aos cuidados do avô. Passam-se anos e Carlos e Eduarda, que não se sabiam irmãos, envolvem-se em um romance incestuoso, marcado pela segunda desgraça da família Maia.

Antes de completar a análise do livro por ora tomado como objeto de estudo, será destacado, ainda que de forma introdutória, algumas características do pensamento ilustrado português, seguido pelo trato de algumas características biográficas de Eça de Queiroz.

I) O Pensamento ilustrado na Europa e em Portugal.

O iluminismo, movimento político, filosófico e cultural do século XVIII, possui como um dos seus principais legados a idéia de que as “luzes” e a razão esclarecida livraria e emanciparia o homem não só das amarras físicas da servidão, mas também, e antes de tudo, do obscurantismo da religiosidade e do atraso que lhe seria inerente².

O movimento da Ilustração européia é característico do século XVIII, entretanto, seus reflexos ecoam sobre o século XIX. É neste marco temporal que se passa o enredo

² ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.

da obra literária de Eça de Queiroz *Os Maias*, entre o final do século XVIII e primeira metade do século XIX, que sob o pano de fundo de um trágico romance entre dois irmãos, representam-se algumas características e críticas à sociedade lusitana³.

Na referida obra literária, existe uma contundente comparação entre uma Europa civilizada em progresso e uma Europa atrasada arraigada nos costumes da tradição. Nesse último caso, a assimilação do progresso das Luzes teria ocorrido de forma tímida, incipiente e precária.

Quando se pensa nessa dicotomia esboçada, inclusive, por Eça de Queiroz, vale evidenciar, respectivamente, a França, como um dos grandes centros de irradiação da prática e da filosofia do pensamento ilustrado, e Portugal, que, no esboço sumário da Ilustração europeia, ocupa um lugar de “descompasso entre a ‘teoria’ e a ‘prática’, isto é, entre a elaboração do pensamento e sua aplicação”⁴. O movimento da Ilustração não se apresentou de forma monolítica no continente europeu, peculiaridades da cultura, da estruturas políticas, econômicas e sociais implicaram particularidades no seu processo de desenvolvimento e concretização nos países europeus. Sobre esse aspecto Valadares divide a Europa em três⁵ áreas distintas de realização e compreensão da Ilustração:

De um lado, França, Inglaterra, Itália e Alemanha constituíam centros de irradiação do pensamento e da prática ilustrada, (...) do outro lado, países de uma Europa periférica, tais como Espanha, Portugal, Suécia, Rússia e Polónia, meros receptores culturais, (...) ao meio do caminho, os Países Baixos e a Suíça situavam-se na encruzilhada das luzes (VALADARES, 2006, p. 24).

Seguindo a definição da autora, os centros irradiadores caracterizam-se por intensa valorização do uso da razão, do cosmopolitismo, de um uso racional sem superstições da religião, comportando-se como os defensores da civilização e do progresso. Diametralmente, os países periféricos, embora envolvidos por esse sentimento de modernização, que absorvia dos centros difusores da Ilustração, seu conservadorismo desfavoreceu a aplicabilidade dessa filosofia, caracterizando-se dialeticamente entre o retrógrado e o moderno. Dos países periféricos, podemos

³ Importante perceber que existem, em “Os Maias”, duas temporalidades. A primeira é aquela em que a obra foi produzida, isto é, segunda metade do século XIX. A segunda refere-se ao final do século XVIII e início do século XIX, tempo em que se passa a ficção.

⁴ NOVAIS, Fernando. 2005. p.167.

⁵ Essa divisão proposta pela autora encontra-se no seu livro *A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770 – 1795)*.

destacar Portugal como um dos núcleos de recepção e absorção da “cultura ilustrada”, tomando como referência a experiência francesa. É recorrente na crítica queirosiana a comparação entre a Ilustração dos centros europeus, seus reflexos e absorção pela sociedade lusitana, por meio, por exemplo, da obra *Os Maias*. Neste sentido, tomamos essa dicotomia, entre centros irradiadores e centros receptores, como um parâmetro para se pensar a particularidade do processo de desenvolvimento e aplicabilidade do pensamento Ilustrado, na medida em que a entrada da Ilustração em Portugal assumiu uma conotação “atípica, diferente da que se verificou no restante da Europa” (VALADARES, 2006, p. 31).

Talvez uma das mais bem acabadas representações da ambivalência política da sociedade portuguesa com relação ao pensamento ilustrado, seja mesmo a obra literária de Eça de Queiroz. O autor apresenta-se como um grande representante de uma crítica que varia entre uma defesa contundente da necessidade de assimilação da cultura política ilustrada pela sociedade portuguesa, e a valorização de elementos da cultura nacional, tais como: as touradas, a culinária, as músicas e modas portuguesas, além da bravura e força de uma sociedade que conquistou grande parte do mundo moderno⁶.

Com efeito, a literatura, como “testemunho” de um tempo, de uma sociedade, pode contribuir como um recurso metodológico na elaboração da produção histórica. A obra literária *Os Maias*, fornece, além da bela trama fictícia, uma representação política queirosiana ambivalente, que varia entre o sentimento de angústia e nostalgia face à decadência de Portugal no século XIX. A diferenciação de realização do movimento iluminista europeu é mote de discussão recorrente na obra, atribuindo a essa especificidade de manifestação da Ilustração em Portugal, melhor definido como reformismo ilustrado, a decadência política, econômica, social e cultural de Portugal em relação ao restante da Europa. Ao mesmo tempo, o autor considera como causa de tal “atraso”, a adesão acrítica de modernidades vazias e superficiais em detrimento de características genuínas da sociedade lusitana. O provincianismo de Portugal, quando comparada à hegemonia do pensamento Ilustrado francês, situa-se, conforme destaca

⁶ É importante considerar que essa ambivalência, embora seja, a nosso ver, uma constante na escrita do autor, varia conforme a obra analisada. Se em “Primo Basílio”, “Crime do padre Amaro” e “Os Maias”, o pêndulo recai mais sobre a idéia de que a sociedade portuguesa deveria aderir as “luzes” que emanavam do pensamento ilustrado, em obras como, por exemplo, “A ilustre casa dos Ramires”, a veia nacionalista do autor é significativamente mais considerável.

Fernando Novais, na tênue e conflituosa fronteira entre o harmonizar as inovações com a tradição, a essa dinâmica consiste a crítica de Eça de Queiroz.

II) Eça de Queiroz: um olhar das cochias em direção ao grande palco português do século XIX

Esse autor português, nascido em 1845, apresenta-se como sujeito crítico da realidade sócio-política em que está inserido. Eça de Queiroz foi gerado quando seus pais ainda não eram casados e por esta razão foi criado à distância deles. Em 1861 ingressou no curso de Direito da Universidade de Coimbra, em que se apresentou como estudante apático e sem grandes feitos. Eça de Queiroz fez parte de uma geração de intelectuais que demonstrava grande frustração com o desenvolvimento letárgico de Portugal no século XIX, a famosa geração de 1865⁷.

Além da distância da família, esse português possuía uma vida marcada por uma distante presença de Portugal. Nesse sentido, Eça de Queiroz, como embaixador de Portugal, viveu a maior parte da sua vida fora do país. Essa distância promovia ao mesmo tempo: uma crítica comparativa de Portugal ao restante da Europa e um desejo de reaproximação de sua terra natal. Esse escritor deu início à sua produção intelectual a partir de crônicas e contos para jornais portugueses e mais tarde brasileiros⁸. Nessas produções, Eça de Queiroz já demonstrava uma grande preocupação em criticar a realidade social em que estava inserido. Quando ingressou definitivamente em sua carreira diplomática, suas críticas sociais e políticas passaram a se materializar por meio da literatura. A partir do exposto, o homem sectário que procurava retratar criticamente o contexto social em que estava inserido, passou a ser também um grande artista que ultrapassou o seu tempo. De acordo com LINS (1966), se o sectário não tivesse sido acrescido do artista, esse grande escritor poderia ser somente um romancista esquecido da segunda metade do século XIX. Considerando esta premissa, abordaremos uma de suas obras como fonte interpretativa de contundente crítica à Portugal oitocentista, pois, ainda de acordo com LINS:

⁷ Geração de intelectuais inquieta não só com a longa crise da implantação do liberalismo português, mas também crítica quanto ao romantismo nesse país. Esse grupo tem como grandes nomes os poetas: Antero de Quental e Teófilo Braga.

⁸ No que cerne a colaboração de Eça de Queiroz no Brasil, destaca-se, de acordo com Mine (2001), seus escritos publicados na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro (1880-1897).

(...) Eça está marcado pela sua época de materialismo, domínio dos valores relativos sobre os valores absolutos, esplendor burguês e decadência moral. Época que ele fulminou com seus sarcasmos, mas da qual se tornou em alguns momentos e quase sem o sentir, uma expressão, uma consequência, um resultado. A sua obra está marcada pelo seu tempo – ao menos uma parte da sua obra, a das inspirações, motivos e doutrinas (...). (LINS, 1966, p. 16.)

Eça de Queiroz, a partir de 1871, quando participou das conferências do Cassino, aderiu ao realismo como forma de expressão de sua arte. Tendo como norte essa corrente literária, escreveu romances como: *O primo Basílio* (1878), *O crime do Padre Amaro* (1880), *O Mandarin* (1880), *A Relíquia* (1887), *Os Maias* (1888), *A Ilustre casa de Ramires* (1900), entre outros. Dentre esses romances, destacaremos *Os Maias*. Esta produção é considerada por muitos literários e especialistas em Eça de Queiroz, como a obra mais acabada e de maior densidade desse autor. Além da qualidade, nossa escolha por ela foi direcionada por nosso objetivo central, que é o de analisar as representações políticas ambivalentes sobre a sociedade portuguesa do século XIX. O próprio autor destaca que, ao escrever *Os Maias* “imaginava fazer com a sociedade portuguesa qualquer coisa de semelhante a que Balzac fizera com a sociedade francesa.”⁹ Nessa obra, o ausente escritor como que um observador das cochias, lança seu olhar crítico sobre o grande palco português do século XIX. Nos *Maias*, é onde “Eça aparece mais alegre e onde está mais triste; é onde parece mais cômico e onde está mais trágico, é onde parece mais diletante e mais desinteressado, e onde está mais revoltado e mais humano; (...) (LINS, 1966, p. 82).

III) Abram-se as cortinas: cenas vivas da tragédia lusitana

Os personagens a partir dos quais a história é irradiada (Afonso, Pedro, Maria Monfort, Carlos Eduardo e Maria Eduarda) configuram-se em atores de um palco onde são desenhados confrontos de natureza política. Devido às limitações do presente artigo, entretanto, não será possível confrontar todos eles dentro da análise pretendida, enfatizando tão somente as partes mais relevantes da obra que os mesmos protagonizam.

Dom Afonso da Maia, personagem que alude ao patriarca da família, possui singular relevância para o enredo. Dom Afonso é tecido pelo autor como um baluarte da

⁹ Correspondência de Eça de Queiroz. In: LINS, 1959, p. 79.

nobreza ilustrada em oposição a uma burguesia afetada e superficial, que pouco se interessa em ser agente de transformação. Diante da letargia burguesa, opõe-se uma nobreza em sintonia com os ideais iluministas, cujas bases estão permeadas pelo anticlericalismo. Afonso da Maia, personagem vital para o desenvolvimento da trama, atinge os píncaros da resistência frente ao discurso clerical em situações diversas. A origem familiar de Afonso já aponta para um agudo antagonismo à Igreja. Os pais desse são construídos pelo autor como guardiões da tradição portuguesa, voltados para a reverência ao catolicismo. Aos olhos deles, o filho materializa “(...) o mais feroz jacobino de Portugal” (QUEIRÓZ, 1960, p. 15), sob a reprovação do pai, Caetano da Maia “(...) português antigo e fiel que se benzia ao nome de Robespierre (...) a quem atribuía os males, os da pátria e os seus (...)” (QUEIRÓZ, 1960, p. 15).

Afonso da Maia, já casado com D. Maria Eduarda Runa, tal qual na trajetória de vida queirosiana, aproveitou o exílio na Inglaterra, impelido pelas cortes gerais, para curar sua aversão à pequenez portuguesa, na necessidade premente de uma nobreza portuguesa “(...) inteligente e digna, como a Aristocracia tory, (...) dando em tudo a dileção moral, formando os costumes e inspirando a literatura, vivendo com fausto e falando com gosto, exemplo de idéias altas e espelho de maneiras patricias (...)” (QUEIRÓZ, 1960, p. 18).

A esposa de Dom Afonso não foge à regra dos compatriotas lusitanos, possuindo gritante religiosidade e aversão ao universo inglês. Depreende-se então que a consistente exaltação liberal de Afonso pouca diferença pôde fazer no sentido de encontrar uma esposa à altura de suas direções políticas, morais e intelectuais (tal como ocorrerá com o neto, Carlos Eduardo, que a partir dessa mesma falta se encantará com uma naturalizada inglesa, que o destino fatalista revelará ser sua irmã). Nesse contexto, há uma crítica sutil, habilmente tecida pelo autor, no sentido de colocar que tantos são os vértices que apontam para a paralisia religiosa, que mesmo as mentes mais sólidas mostram-se atadas frente a uma transformação efetiva, que se esvai ao longo de gerações contaminadas por tal apatia, fruto da onipresente devoção católica. Essa constatação é observada mesmo em Afonso da Maia, que apesar de toda a sua pompa filosófica, não deixa de acreditar piamente na força premonitória que o aflige. Na obra essa crítica é percebida junto ao fato de que Pedro da Maia, mesmo tendo uma

referência paterna tomada pelo espírito liberal, é envolto, através da mãe, pelos tentáculos católicos da cultura portuguesa:

Odiando tudo o que era inglês, não consentira que seu filho, o Pedrinho, fosse estudar ao colégio de Richmond (...) que era um colégio católico. Não queria: aquele catolicismo sem romarias, sem fogueiras pelo S. João, sem imagens do Senhor dos Passos, sem frades nas ruas – não lhe parecia a religião. A alma do seu Pedrinho não abandonaria ela à heresia;- e para o educar mandou vir de Lisboa o padre Vasques, capelão do conde de Runa. (QUEIRÓZ, 1960, p. 21).

Pedro da Maia, envolvido por essa mentalidade beata, desenvolveu uma personalidade fraca, “Nenhum desejo forte parecera jamais vibrar naquela alma meio adormecida e passiva (...)”(QUEIRÓZ, 1960, p. 24), o que aponta para a crítica queirosiana quanto ao espírito tacanho e acomodado que afligem os pios lusitanos, impregnados de religiosidade.

Os valores cultivados por Dom Afonso, fruto da intensa absorção dos valores concernentes à Ilustração o faziam “(...) duro, resistente aos desgostos e anos – que passavam por ele tão em vão (...)” (QUEIRÓZ, 1960, p. 14), opondo-se ao desequilíbrio do filho, descortinado desde a morte da mãe. Os humores do jovem Pedro oscilavam então entre a dor extremada e os excessos em lupanares e botequins, e mesmo diante da súbita paixão por Maria Monfort foram esses devaneios intensificados. Nota-se uma tensão entre os valores decorrentes da Ilustração, incentivados por Dom Afonso, que primava pela força presente no controle das emoções, na razão que permite enxergar com os olhos de analista os melhores ângulos de um dado propósito e os valores perpetuados por Pedro; centrados na exacerbação dos sentimentos, seja por meio da devoção carola, dos mimos luxuosos a satisfazerem à esposa ou da descontrolada intensidade das emoções. Dom Afonso, que se julga na plenitude do exercício da razão, não compreende o desmedido sentimentalismo do filho, que se deixa seduzir por ente burguesa de tão “baixa estirpe”; cuja fortuna construída foi pelo intermédio da transgressão de valores morais tidos como irrefutáveis, dado o fato de “(...) ser a filha dum assassino, dum negreiro, a quem chamam também negreira! Afonso ergueu-se diante dele, (...) como a encarnação mesma da honra doméstica” (QUEIRÓZ, 1960, p. 37).

Nesse ponto vale mencionar talvez a mais eloqüente representação da ambivalência político-social da obra de Eça de Queiroz. Se por um lado a personagem

de Afonso da Maia critica a beatice do filho, reivindicando uma postura mais racional, típica de um homem emanado pelas luzes do iluminismo, por outro, ele não aceita a paixão de seu filho por Maria Monfort. Tal recusa é justificada pela condição burguesa da moça, considerada pelo patriarca da família Maia como indigna, além de um pressentimento de D. Afonso, que, como já destacamos, era um grande defensor da razão em detrimento da fé e das crendices.

Esse conflito fica nítido quando o autor define a vida de Pedro da Maia e Maria Monfort como sendo tomada por luxos e festas “(...) que, segundo dizia Alencar, o íntimo da casa, o cortesão de Madame, ‘tinham um saborzinho de orgia *distinguée* como os poemas de Byron.”(QUEIROZ, 1960, p. 43). Eça traça um longo abismo entre as concepções de pai e filho a partir dessa colocação, já que põe, de um lado, Afonso, revelado pelo autor como “herdeiro de Voltaire” e de outro, Pedro, cuja existência se assemelha aos “poemas de Byron”, escritor romântico. Parece haver, entre ambos, um antagonismo irreversível, tal como a impossibilidade de a nobreza esclarecida e a burguesia acomodada se encontrarem no âmbito social, político e cultural.

Maria Monfort, por sua vez, embora inebriasse a todos com “(...) uma impressão de causar aneurismas (...) arrastasse com um passo de Deusa a sua cauda de corte, sempre decotada como em noites de gala (...)”(QUEIROZ, 1960, p. 28) é a representação de uma burguesia fraca e inerte, pouco sequiosa de transformações. Em contraste com a atuação mais efusiva da burguesia de outros países europeus, essa camada social detinha-se muito mais em deixar-se seduzir pelo fascínio de aproximar-se do *modus vivendi* nobre “(...) aquela velha Itália clássica enfastiava-a já: tantos mármores eternos, tantas madonas começavam (...) a dar tonturas à sua pobre cabeça! Suspirava por uma boa loja de modas (...)...Depois tinha medo da Itália onde todo o mundo conspirava.”(QUEIROZ, 1960, p. 40).

Tendo escrito a obra dentro de uma atmosfera realista, Eça pincela o enredo com aspectos naturalistas, o que confere uma predestinação fatalista aos personagens. No caso de Maria Monfort, essa personagem encarnava uma burguesia fadada ao fracasso, sem qualquer chance de redenção: “Afonso (...) olhava aquele cabisbaixo, aquela sombrinha escarlate, que, agora, se inclinava sobre Pedro, (...) parecia envolvê-lo todo – como uma larga mancha de sangue (...)”(QUEIROZ, 1960, p.36). Nesse ponto é muito interessante, pois, embora Maria Monfort seja a personificação da desgraça, muito em

função de sua posição social, ela, ao se apaixonar e se envolver com Pedro da Maia, devolve a vida, o entusiasmo àquele soturno e fraco rapaz.

O fatalismo é concretizado ao longo do enredo, quando Maria Monfort, a representante da burguesia letárgica, aspirante à nobreza, abandona Pedro da Maia, que simboliza a tradição e a debilidade da própria sociedade portuguesa; levando consigo sua filha, Maria Eduarda, e deixando o primogênito Carlos Eduardo aos cuidados da família portuguesa. O desatino de Pedro da Maia frente ao ocorrido levou a frágil personagem a suicidar-se. Nesse ponto vale destacar que Maria Monfort, antes de se apaixonar pelo nobre decadente pelo qual abandonou Pedro, tentava a todo custo conquistar o reconhecimento da nobreza lisboeta, incluindo aí, Afonso da Maia. Com efeito, a personagem, em determinado momento da obra, procura enobrecer-se, as cores, o luxo, o requinte, dão lugar as roupas negras, à vida reservada e dedicada aos afazeres domésticos e é nesse momento que Tancredo, o referido amante de Maria Monfort, aparece na ficção. Eça de Queiroz parece entrever que a desgraça começa a partir do momento em que Maria Monfort, representante de uma burguesia afetada e superficial, se deixa enobrecer, sem nenhuma autenticidade.

Carlos Eduardo, filho da Monfort, foi deixado aos cuidados do avô paterno que se empenhou, assim como fizera de modo frustrado com Pedro, a proporcionar-lhe uma educação inglesa de princípios iluministas em que a razão sobrepuja à emoção. De acordo com alguns analistas, essa personagem remonta a própria vivência do autor em sua vida acadêmica na medida em que Carlos Eduardo é representado na obra como um estudante sem grandes pretensões e objetivos com sua formação. O próprio Eça de Queiroz fora um estudante tímido e destituído de grande brilhantismo acadêmico. A personagem João da Ega, amigo inseparável de Carlos Eduardo, pode ser considerado o alterego do autor. Ambos os personagens, assim como Afonso da Maia, representam importantes críticas do autor ao atraso português dos oitocentos, como no trecho que segue:

Pela sombra passeavam rapazes aos pares, devagar, com flores na lapela, a calça apurada, luvas claras, fortemente pespontadas de negro. (...) Eles iam, repassavam, com um arzinho tímido e contrafeito, como mal-acostumados àquele vasto espaço, a tanta luz ao seu próprio chique. Carlos pasmava. Que faziam ali, às horas de trabalho, aqueles moços tristes de calça esguia? Não havia mulheres apenas num bando adiante uma criatura adoentada, de lenço e chalé, tomava sol; e duas matronas, com vidrilhos no mantelete (...), Ega esfregava as mãos. Sim, mas preciosos! Porque essa

simples forma de botas explicava todo o Portugal contemporâneo. Via-se por ali como a coisa era. Tendo abandonado o seu feitio antigo, à D. João VI, que tão bem lhe ficava este desgraçado Portugal decidira arranjar-se à moderna: mas, sem originalidade, sem força, sem caráter para criar um feitio seu, um feitio próprio, manda vir modelos do estrangeiro – modelos de idéias, de calças, de costumes, de leis, de arte, de cozinha (...) (QUEIROZ, 1945, p. 702-703).

Os trechos supracitados exemplificam a crítica queirosiana que temos como foco nesta comunicação. No primeiro segmento pode-se perceber, por meio do diálogo entre João da Ega e Carlos Eduardo, uma descrença para com a figura feminina lusitana. Essa é apresentada como um ser sem vida e beleza, em contraposição a essa mulher desprovida de vitalidade, o romance apresenta Maria Eduarda, o estereótipo da dama inglesa, que irradia fino trato, elegância e sensualidade (que é a paixão incestuosa de um herdeiro da tradicional elite portuguesa). A exuberância inglesa destacada e a falta de vida portuguesa, sendo um dos símbolos de crítica empreendidos pelo autor à sociedade portuguesa. Nesse sentido, a mulher portuguesa desbotada, sem atrativos estéticos representa a debilidade da própria sociedade lusitana dos oitocentos.

Essa crítica a uma debilidade interna frente a uma valorização do externo também pode ser percebida além de estereótipos sociais, com uma crítica política. Na segunda parte do trecho citado, João da Ega destaca uma modernização arranjada da política portuguesa. Arranjo sem originalidade que importa tudo do estrangeiro sem ao menos se preocupar com uma construção endógena que promovesse não só o progresso, mas sim a construção de uma “verdadeira civilização”. Nesse diálogo pode-se perceber uma forte crítica a um reformismo português que garantiu a construção de um “liberalismo postiço”, “uma expressão híbrida da mistura do Antigo Regime com a Revolução Constitucionalista”. A partir de trechos como os anteriormente citados, pode-se tomar *Os Maias* como um importante elemento estético de crítica política e social ambivalente à paralisia e ao ostracismo de Portugal que, no século XIX, consolidava-se como periferia da Europa da *Belle Époque*.

No que concerne ao final da obra, vale evidenciar dois pontos de estaque. O primeiro refere-se à desgraça deflagrada pelo romance incestuoso de Carlos e Maria Eduarda. Tal como no caso de Pedro, Afonso da Maia mais uma vez teve uma forte premonição com relação àquela mulher que o neto se envolvia. Maria Eduarda também não era bem vista pelo patriarca Maia e pela própria elite lisboeta. Também era considerada uma brasileira de reputação e origem duvidosa. Só que dessa fez o drama

seria maior, uma vez que se tratava de um romance incestuoso. Afonso da Maia, ao descobrir toda a verdade sobre o trágico romance, sucumbe falecendo. Carlos e Maria então se separam com uma dor incomensurável.

Se o desfecho da ficção, de uma forma geral, aponta para um grande desapontamento e certo fatalismo, a cena final, quando Carlos Eduardo e seu companheiro Ega fazem um balanço sobre sua vida e da própria sociedade portuguesa, aponta para ambivalência política por ora analisada. Nessa cena, Ega e Carlos lamentam-se do atraso e da pobreza de espírito que pairava em Portugal, além de afirmarem, taxativamente, que não valia a pena almejar nenhuma mudança, buscar nenhuma transformação. Essa convicção é quebrada quando o “americano” (bonde) passa e as duas personagens decidem correr, alegando ser possível alcançar aquele moderno meio de transporte. Esse desfecho sintetiza, de certa forma, a idéia de representação ambivalente que defendemos neste artigo. Isso devido ao fato de que, se as personagens queirosianas alegam não valer a pena lutar por transformação e que não era desejável “correr atrás” de nada, a corrida para que pudessem alcançar o bonde, símbolo do progresso do século XIX, contraria tal discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ENCONTRO INTERNACIONAL DE QUEIROSIANOS: 3.: 1995. São Paulo; QUEIRÓZ, Eça de. **150 anos com Eça de Queiros: [anais do III Encontro Internacional de Queirosianos]**. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses: USP, 1997.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994. 95p.

LINS, Álvaro; QUEIRÓZ, Eça de. **Historia literaria de Eça de Queiroz**. 6.ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

MENEZES, Djacir. **Crítica social de Eça de Queiroz**. 3.ed. Fortaleza: Imprensa Universitaria, 1970.

MINÉ, Elza. **Imagens finisseculares do Novo Mundo no jornalismo de Eça de Queiroz**. In: SCARPELLI, Marli F; OLIVEIRA, Paulo M. *Os centenários: Eça, Freyre, Nobre*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

NOVAIS, Fernando A. **Aproximações**: Estudos de História e Historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002

QUEIRÓZ, Eça de; ABDALA JUNIOR, Benjamim. **Eça de Queirós**. São Paulo: Abril Educação, 1980. (Literatura Comentada)

QUEIRÓZ, Eça de. **Os Maias**: episódios da vida romântica. Lisboa: Livros do Brasil, 1945.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **A sombra do poder**: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795). São Paulo: Hucitec, 2006.